

A MOBILIDADE ESPACIAL REALIZADA PELOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNESPAR - CAMPUS DE CAMPO MOURÃO, PR

Marco Aurélio Smak Affonso

Graduado e Pós-graduado em Geografia pela Unespar – *campus* de Campo Mourão – PR
marcoskaff02@bol.com.br

Fábio Rodrigues da Costa

Doutor em Geografia e docente da Unespar – *campus* de Campo Mourão – PR
frcosta79@gmail.com

RESUMO: A pesquisa teve como objetivo verificar a mobilidade espacial dos estudantes dos cursos de graduação para o *campus* de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, bem como compreender suas expectativas com relação ao ensino superior. Para a realização da pesquisa, a metodologia foi organizada em quatro etapas: na primeira etapa, foi feita a leitura e o fichamento do referencial teórico e conceitual existente; na segunda etapa, a elaboração e aplicação de um questionário quali-quantitativo destinado a estudantes dos primeiros anos dos cursos de graduação, que continha questões referentes ao local de origem dos estudantes, os tipos de transportes utilizados para a locomoção, a expectativa com o ensino superior e as principais dificuldades encontradas para a permanência na universidade; na terceira etapa, foram elaborados mapas, gráficos e tabelas com base nos dados obtidos; na quarta etapa, a análise e interpretação dos dados. Espera-se que os resultados obtidos com a pesquisa ofereçam subsídios para a formulação de políticas públicas capazes de auxiliarem os estudantes a permanecer na universidade até a conclusão do curso.

Palavras-chave: Ensino Superior; Permanência estudantil; Mobilidade espacial.

SPACE MOBILITY MADE BY STUDENTS OF UNESPAR GRADUATION COURSES - CAMPO MOURÃO CAMPUS, PR

Abstract: The aim of the research was to verify the origin of the spatial mobility of undergraduate students for the State University of Paraná, Campo Mourão campus, as well as to understand their expectations regarding higher education. In order to carry out the research, the methodology was organized in four stages: in the first stage, the theoretical and conceptual

referential was read and registered; in the second stage, the elaboration and application of a qualitative-quantitative questionnaire for students in the first years of undergraduate courses, which included questions regarding the place of origin of the students, the types of transportation used for locomotion, the expectation of higher education and the main difficulties found at staying in university; in the third stage, maps, graphs and tables were elaborated based on the data obtained; in the fourth stage, the analysis and interpretation of the data. It is hoped that the results obtained with the research offer subsidies for the formulation of public policies capable of helping students to remain in university until the conclusion of the course.

Keywords: Higher Education; Student permanency; Space mobility.

1. INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo principal verificar a origem da mobilidade espacial realizada cotidianamente pelos estudantes para a Unespar - *campus* de Campo Mourão, as expectativas dos estudantes com o ensino superior, bem como as principais dificuldades enfrentadas para a permanência na universidade.

Os sujeitos de pesquisa foram os estudantes dos primeiros anos dos cursos de graduação. A instituição possui atualmente dez cursos (Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção Agroindustrial, Turismo e Meio Ambiente, Geografia, História, Letras, Pedagogia e Matemática), totalizando 1865 estudantes matriculados no ano de 2018.

A referida instituição começou as suas atividades como Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão - Fundescam, em 04 de setembro de 1972, com a posse dos conselheiros. A aula inaugural aconteceu somente em 08 de junho de 1974. Os primeiros cursos ministrados foram: Estudos Sociais; Letras e Pedagogia. Os cursos obtiveram autorização com o Parecer nº 1.013 de 24 de abril de 1974, e com o Decreto Federal nº 72.982 também de 1974. As aulas começaram efetivamente em 3 de junho de 1974. O reconhecimento foi obtido com o Decreto Federal nº 78.579 de 14 de outubro de 1976 (GÓIS, 2012).

Até o ano de 1986, os estudantes pagavam mensalidade. A Lei Estadual nº 8.465 de 15 de janeiro de 1987, autorizou a criação da Facilcam, como entidade estadual. A implantação ocorreu pelo Decreto nº 398 de 27 de abril de 1987. Em 16 de julho de 1991, ocorre a autarquiaização, no

mesmo período foi decidido trocar o nome para Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam (GÓIS, 2012).

No início da década de 2000, foram impulsionadas as tentativas para a criação de uma Universidade. A Lei Estadual nº 13.283 de 25 de outubro de 2001, cria a Universidade Estadual do Paraná - Unespar. A Fecilcam torna-se *campus* da Unespar, junto com: Curitiba I/Embap; Curitiba II/FAP; Paranaguá/Fafipar; União da Vitória/Fafiuv e Paranavaí/Fafipa. Com a Lei 17.590 de 12 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê passa a integrar, academicamente, a Unespar.

Para a realização da pesquisa com os estudantes dos cursos de graduação do *campus* de Campo Mourão, utilizamos a seguinte metodologia, dividida em quatro etapas. A primeira etapa consistiu na revisão da literatura acerca do referencial teórico existente, incluindo livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e trabalhos acadêmicos. Na segunda etapa foi aplicado um questionário quali-quantitativo aos estudantes dos primeiros anos do *campus* de Campo Mourão. O questionário conteve questões referentes a origem da residência dos estudantes, os tipos de transportes utilizados para chegar na universidade, a expectativa com a realização de um curso superior e as principais dificuldades encontradas para a permanência na universidade. O questionário possuía 13 questões e foi aplicado a 423 estudantes, entre os anos de 2017 e 2018, nos 10 cursos de graduação.

Segundo Gil (2008), o questionário pode ser definido como uma técnica de investigação, composta por um conjunto de questões que são submetidas às pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores etc. Ainda para Gil (2008), ao construirmos um questionário, basicamente, estamos traduzindo os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas para essas questões irão testar as hipóteses criadas durante a elaboração do projeto de pesquisa e farão uma descrição da população pesquisada.

Na terceira etapa da pesquisa foram elaborados os mapas, os gráficos e as tabelas com base nos dados obtidos com a aplicação do questionário. Já a quarta e última etapa consistiu na análise e na interpretação dos dados.

Com embasamento da metodologia explicitada e nos resultados obtidos, organizamos o artigo em duas partes. Na primeira parte, foi efetuada uma revisão teórica acerca do conceito de

mobilidade da população e mobilidade humana. Na segunda parte, foi elaborada uma análise da mobilidade espacial dos estudantes, das suas expectativas com o ensino superior e das principais dificuldades encontradas para a permanência na universidade.

2. O CONCEITO DE MOBILIDADE

A mobilidade da população se refere aos vários movimentos realizados pelas pessoas, nas distintas escalas geográficas (local, regional, nacional, global), com finalidades diferentes. De acordo com Becker (2006), a temática mobilidade tem diferentes interpretações teóricas, tendo como enfoques principais a perspectiva neoclássica e a neomarxista. A perspectiva neoclássica mostra o fenômeno por meio de uma visão, predominantemente, descritiva e dualista.

Estudavam-se os movimentos migratórios especialmente através da mensuração dos fluxos demográficos e das características individuais dos migrantes. Do ponto de vista espacial, a análise estatísticas de fluxos (linhas) e de aglomerações (pontos) era favorecida em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social (BECKER, 2006, p. 323).

A partir da década de 1970, o enfoque neomarxista ganha representatividade no cenário nacional e internacional. Nesse aspecto, destaca-se o trabalho do francês Jean-Paul de Gaudemar, no livro intitulado “Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital”, publicado originalmente em francês “*Mobilité du travail et accumulation du capital*”. Destarte, o fenômeno migratório também passou a ser considerado como uma mobilidade forçada pelas necessidades do capital e não apenas pela vontade individual das pessoas. Segundo o entendimento de Gaudemar (1977), é instituída uma mobilidade forçada:

[...] característica da evolução do capitalismo contemporâneo. São impostos, a maior parte das vezes, o êxodo rural e a proletarização dos camponeses por um sistema que apenas considera a exploração do solo e da natureza na medida do lucro que daí extrai. São impostos, a maior parte das vezes, os modos de acesso aos empregos e às formações profissionais por um sistema que considera os homens apenas como instrumentos de valorização do capital (GAUDEMAR, 1977, p. 32).

A expansão do processo de globalização pelo espaço mundial e seus rearranjos territoriais, bem como a disseminação do modelo neoliberal na década de 1990, estimularam o desenvolvimento de: “[...] novas formas de gestão do trabalho objetivando o controle de qualidade, mas produzindo simultaneamente a exclusão crescente do trabalhador” (BECKER, 2006, p. 324). Assim, atualmente não é mais possível estudar a mobilidade da população sem considerar as questões inerentes às contradições produzidas pelo capitalismo.

Rocha (1998), também está preocupado em compreender os processos de mobilidade da população. Ao delinear a dimensão pretendida para os seus estudos, elaborou a noção de mobilidade humana. A mobilidade humana é formada por três ordens: a mobilidade física, subdividida em macromobilidade física e micromobilidade física; a mobilidade centrada no trabalho; e a mobilidade social. Em seus estudos afirma que: “a mobilidade humana é uma noção que procura estabelecer a síntese das construções teóricas sobre os vários conceitos de mobilidade, desenvolvidos nos ramos das ciências humanas que trataram da questão” (ROCHA, 1998, p. 13).

Segundo Rocha (1998), a mobilidade física é um deslocamento horizontal, isto é, reproduz-se no espaço concreto, físico, apresentando um perfil histórico e geográfico. Fundamenta-se nos estudos migratórios a partir de uma análise histórica de tais fluxos. A macromobilidade física refere-se aos deslocamentos praticados em escala internacional, nacional, estadual e municipal. Já a micromobilidade física refere-se aos deslocamentos cotidianos, como ir ao trabalho ou às compras.

Em relação a mobilidade centrada no trabalho, Rocha (1998), afirma que esta ordem é uma mobilidade horizontal, ou seja: “Esta força de trabalho é entendida como uma mercadoria especial que se desloca em função da dinâmica de mercado” (ROCHA, 1998, p. 14).

Por sua vez, a mobilidade social, no entendimento de Rocha (1998, p. 15), é tratada como um movimento vertical, pois: “trata de interpretar a mudança de *status* social dos indivíduos, sua posição e estruturas de classes e o movimento de polarização das classes sociais”. As explicações formuladas pelo autor ajudam a compreender melhor a complexidade da mobilidade.

Antico (2004) explicitou a diferença entre migração e deslocamentos pendulares. A migração refere-se à mudança de residência, já os movimentos pendulares têm como característica o deslocamento entre diferentes locais de residência e de trabalho. Nesse aspecto,

também podemos incluir os deslocamentos para estudar como movimentos pendulares, pois são praticados cotidianamente e envolvem o ato de ir do local de moradia até o de estudo. Para tratar dos deslocamentos do local de moradia dos estudantes até o *campus* da Unespar, utilizaremos o termo mobilidade espacial dos estudantes.

Outro ponto relevante para essa pesquisa é a relação existente entre trabalho e estudo. Bernardino e Loch (2016) evidenciaram a contradição entre a busca pelo ensino superior e a necessidade de trabalhar para se manter na condição de estudante. Os autores mostram que, apesar da existência de apoio legal, ainda vemos relações conflituosas entre os trabalhadores-estudantes e os empregadores, onde o ônus fica, normalmente, para os primeiros.

O meio de transporte utilizado pelos estudantes também é objeto de interesse de pesquisa. Cabe nos indagarmos quem e quais são os atores sociais que estão por trás das empresas de transportes, quais seriam os interesses dos donos dessas empresas e das pessoas que precisam utilizar esses meios de transportes. Em que momento eles colidem?

Para Santos (2009), cada sistema técnico representa uma época, e o atual sistema técnico é representado pela: “chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica” (SANTOS, 2009, p. 25). Os meios de transportes também aparecem como um sistema técnico fundamental. Ademais, o autor mostra-nos que é a primeira vez na história da humanidade que tal conjunto de técnicas: “envolvem o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença”.

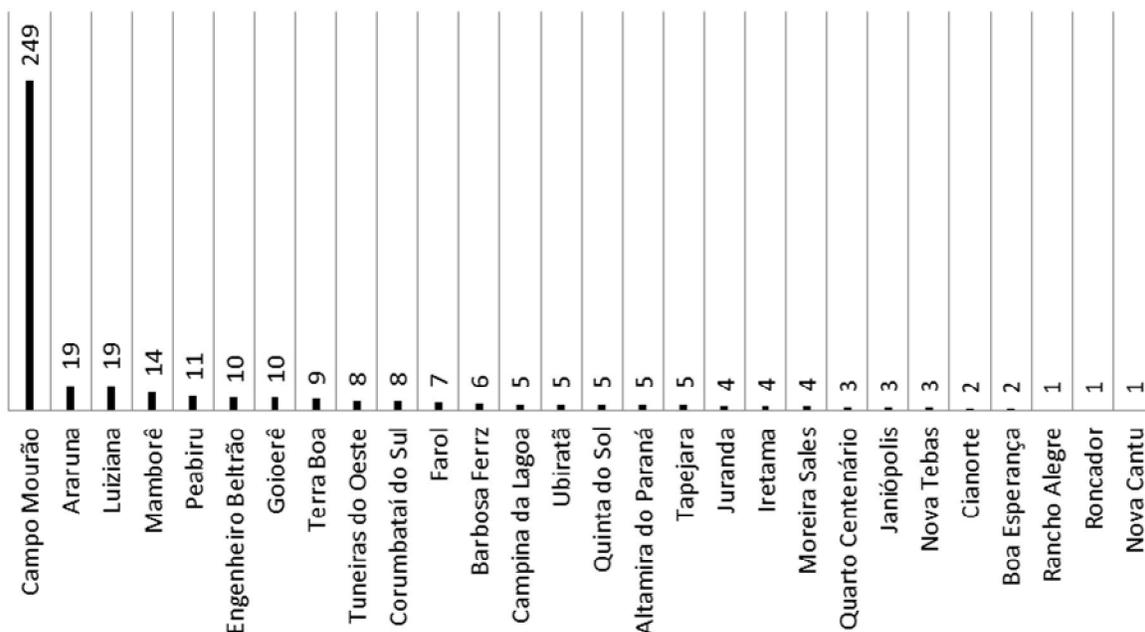
Diante dessa conjuntura é importante compreender como se constitui a mobilidade espacial dos estudantes para a Unespar e como são traçados os caminhos que o estudante irá trilhar no ensino superior. A existência de problemas relacionados a mobilidade espacial, pode comprometer o desempenho do estudante no ensino superior. Alguns estudantes podem, até mesmo, desistir do curso, ocasionando a evasão acadêmica. Neste sentido, a construção da pesquisa se deu pela necessidade de mostrar a problemática que envolve à mobilidade espacial dos estudantes.

3. A MOBILIDADE ESPACIAL, AS EXPECTATIVAS COM O ENSINO SUPERIOR E A QUESTÃO DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

As formas de ingresso nos cursos de graduação da Unespar - *campus* de Campo Mourão - ocorrem por meio do vestibular e pelo Sistema de Seleção Unificada - SISU. Os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Pedagogia possuem 40 vagas em cada um dos processos de seleção. Os cursos de Letras e de Turismo e Meio Ambiente possuem 25 vagas em cada um dos processos. Já os cursos de Engenharia de Produção Agroindustrial, Geografia, História e Matemática possuem 20 vagas em cada um dos processos. No total são 580 vagas ofertadas.

A pesquisa foi realizada com os estudantes dos primeiros anos da graduação. Responderam o questionário 423 estudantes, do total de 580 matriculados. Uma taxa de retorno de 72,93%. O número não foi maior porque quando o pesquisador visitou as salas de aula, para a aplicação do questionário, alguns estudantes não estavam presentes ou não responderam.

A primeira questão aplicada diz respeito ao município de origem dos estudantes. A questão tem como objetivo identificar o local de partida da mobilidade espacial. O resultado, disponível no gráfico 1, revelou que a maioria dos estudantes moram no município de Campo Mourão, perfazendo 58,8% do total. O número de estudantes que moram em municípios da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense totalizou 96,45%. Podemos observar que o *campus* da Unespar atende, predominantemente, estudantes de Campo Mourão e de sua região de influência.

Gráfico 1 - Municípios de origem dos estudantes da Unespar em 2017 e 2018

Fonte: Questionário aplicado aos estudantes da Unespar pelo pesquisador

O *campus* também conta com estudantes provenientes de municípios da Mesorregião Noroeste Paranaense, como Cianorte (dois estudantes), Tapejara (cinco estudantes) e Tuneiras do Oeste (oito estudantes); bem como do município de Nova Tebas (três estudantes), pertencente a Microrregião de Ivaiporã, que faz parte da Mesorregião Norte Central Paranaense. Os dados também mostraram que 13% dos estudantes mudaram de residência para frequentar o ensino superior (deixaram a sua cidade de origem para morar em Campo Mourão). A figura 1 contém a localização dos municípios de origem dos estudantes.

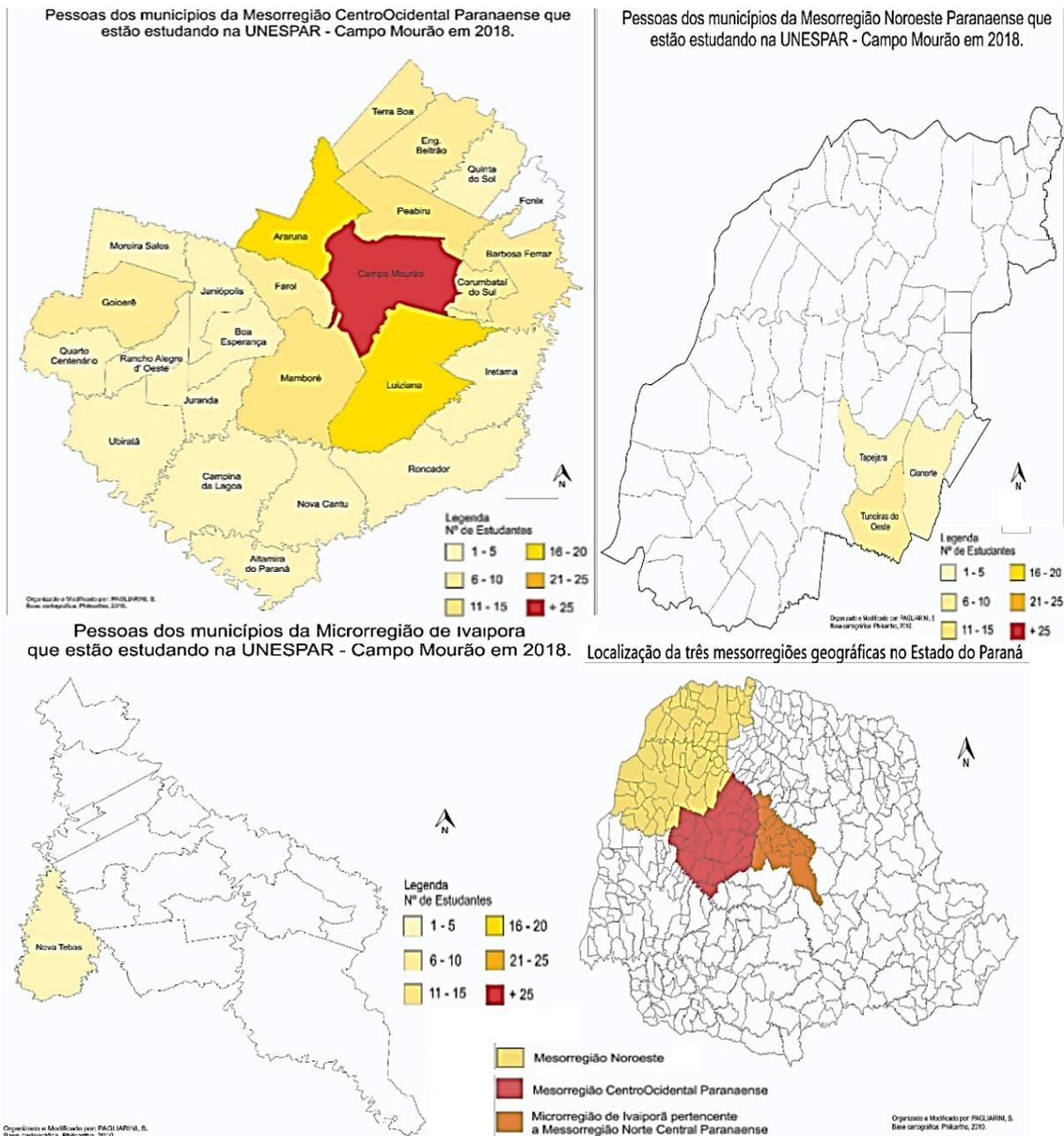


Figura 1 – Municípios de origem dos estudantes
Fonte: Questionário aplicado aos estudantes da Unespar pelo pesquisador
Elaborado por: PAGLIARINI, S.
Modificado por: AFFONSO, M.A.S (2018)

Outro dado relevante levantado pela pesquisa foi o número de estudantes matriculados no curso que foi a sua primeira opção de escolha. Dos 423 estudantes que participaram da pesquisa,

48,9% estavam cursando a sua primeira opção, enquanto 51,1% não cursavam o curso que seria a sua primeira opção.

Os valores obtidos são preocupantes, visto que mais de 50% dos estudantes não estão realizando o curso que pretendiam como primeira opção. Entre os motivos estão: ausência do curso desejado no *campus* da Unespar; não conseguiu aprovação no vestibular ou no Sisu para o curso de primeira opção; o curso desejado é ofertado em instituição de ensino privado e o estudante não tem recursos para pagar a mensalidade. O elevado número de estudantes matriculados no primeiro ano da graduação e que não estão fazendo o curso desejado, na primeira opção, é uma pista importante para analisar o problema da evasão.

Na etapa seguinte, tendo em vista atingir os objetivos elencados, procuramos conhecer os principais motivos que levaram os estudantes a escolherem a Unespar. Deste modo, a tabela 1, mostra as respostas que foram dadas em uma questão aberta, na qual poderia ser informada mais de uma resposta.

Tabela 1- Motivos que levaram o estudante a escolher a Unespar

Respostas	%
Universidade Pública e de Qualidade	48,1
Próximo do lugar onde eu moro/Acessibilidade	23,8
Tem o curso que eu quero	16,3
Passei no Sisu ou no Vestibular	6,3
Indicação de familiares e amigos	3,2
Por não poder pagar uma Faculdade/Universidade particular	2,3

Fonte: Questionário aplicado aos estudantes da Unespar pelo pesquisador

De acordo com a tabela 1, a principal resposta para a escolha da Unespar foi: ser uma Universidade Pública e de Qualidade. Podemos perceber que o ensino superior público tem um grande peso na hora dos estudantes fazerem a sua escolha. O ensino superior público possui recursos que, na maioria das vezes as instituições privadas de ensino não possuem, tais como: predomínio de professores mestres, doutores e pós-doutores; professores com dedicação exclusiva; programas de iniciação científica (incluindo bolsa de iniciação científica CNPq);

programas de extensão financiados por órgãos de fomento; programas de pós-graduação (*stricto sensu*) nos quais os estudantes podem continuar a sua formação; e qualidade de ensino reconhecida pela comunidade e por avaliações externas, como o Conceito Enade, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

As respostas obtidas também evidenciaram que a escolha da Unespar deu-se pela proximidade do local onde o estudante mora. Por sua vez, apenas 16,3% dos estudantes escolheram a Unespar em virtude da existência do curso de sua vontade. Para 6,3% dos estudantes o motivo da escolha foi a aprovação no processo seletivo do SISU ou no da própria instituição. Para 3,2% o que contou na hora da escolha foi a influência de familiares e amigos. Por fim, 2,3% responderam que o principal motivo está ligado a não terem condições de pagar pelo ensino superior privado.

Com relação às expectativas dos estudantes com o ensino superior, a tabela 2 apresenta as respostas obtidas. Para 30,3% dos estudantes o principal objetivo com o curso superior é obter melhor qualificação profissional; 23% têm como expectativa obter conhecimento científico; 13% esperam terminar a graduação; 11,2% têm como expectativa entrar no mercado de trabalho ou conseguir um emprego melhor; 5,5% acreditam que o ensino superior ajudará no seu desenvolvimento pessoal; 4,7% esperam que o ensino mude sua forma de pensar; 4,3% ambicionam uma vida melhor ou um futuro promissor; 4% desejam trabalhar na área de formação; outros 4% priorizam a realização de uma pós- graduação (*Stricto* ou *Lato Sensu*).

Tabela 2 – Principais expectativas dos estudantes com o ensino superior

Respostas	%
Qualificação Profissional	30,3
Obter conhecimento científico	23,0
Terminar a graduação	13,0
Entrar no mercado de trabalho ou conseguir um emprego melhor	11,2
Desenvolvimento pessoal	5,5
Mudar a forma de pensar	4,7
Ter uma vida melhor ou um futuro promissor	4,3
Trabalhar na área de formação	4,0
Realizar uma pós-graduação (<i>Stricto</i> ou <i>Lato Sensu</i>)	4,0

Fonte: Questionário aplicado aos estudantes da Unespar pelo pesquisador

As expectativas dos estudantes, elencadas na tabela 2, evidenciam as suas concepções com relação ao ensino superior. No caso dos que procuram: obter qualificação profissional; inserir-se no mercado de trabalho ou um emprego melhor; tal concepção está mais alinhada com uma perspectiva na qual educação e trabalho estão juntas, e que o ensino está voltado para a qualificação profissional.

O pedagogo brasileiro Dermeval Saviani mostra que, inicialmente, a escola se adaptou ao modo capitalista de produção, adequando os trabalhadores a modelos de produção em massa, como o fordismo e taylorismo (SAVIANI, 2008). Atualmente, com o processo de globalização em marcha e com as grandes transformações tecnológicas, uma parte dos jovens que estão ingressando no ensino superior é influenciada pela ideia de que a educação está ligada somente as necessidades do mercado de trabalho. Com relação a essa questão, Bernardino e Loch (2016), verificaram que:

A micromobilidade física dos trabalhadores-estudantes à Unespar/Campo Mourão pode ser entendida como uma frequente imposição da qualificação da força de trabalho ou mesmo da mudança do tipo de atividade profissional exercido pelos trabalhadores em virtude das exigências do modo de produção capitalista. Entende-se que estes deslocamentos resultam do desejo do estudante de alargar as oportunidades no mundo do trabalho através da obtenção de um diploma de nível superior (BERNARDINO; LOCH, 2016, p. 13).

O incentivo a profissionalização faz parte dos anseios do capitalismo por trabalhadores qualificados para a produção. Gaudemar (1977), ao abordar o tema, avaliou que a profissionalização é uma estratégia de valorização do capital. Nas respostas dos estudantes, percebemos que o incentivo para a realização de um curso superior está atrelado a qualificação profissional, com a finalidade de obter melhores salários. Essa perspectiva é fortemente difundida pelo capital. A ideia tem, na sua essência, a própria reprodução ampliada do capital, a partir de uma força de trabalho com melhor capacitação técnica.

É necessário difundir a concepção de que educação não é mercadoria. A realização de um curso superior não pode estar atrelada apenas a perspectiva de uma formação profissional técnica e qualificada para o mercado de trabalho. A educação superior é muito mais do que isso, pois abre a possibilidade para o desenvolvimento do pensamento crítico e emancipador.

Por sua vez, os estudantes que procuram obter conhecimento científico, bem como mudar a sua forma de pensar, revelam a concepção na qual o conhecimento é um elemento transformador da sociedade. O conhecimento científico se difere dos demais tipos de conhecimento (popular, religioso, filosófico), e é: “obtido de modo racional, conduzido por meio de procedimentos científicos. Visa explicar ‘por que’ e ‘como’ os fenômenos ocorrem, na tentativa de evidenciar os fatos que estão correlacionados, numa visão mais globalizante do que a relacionada com um simples fato [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 74).

No entanto, chama a atenção o fato de que apenas uma pequena parcela dos estudantes, 4% das respostas, já tem no primeiro ano do curso a perspectiva de continuar os seus estudos, por meio de uma pós-graduação, seja ela *lato sensu* (especialização) ou *stricto sensu* (mestrado e doutorado). É preciso incentivar os estudantes a continuarem os seus estudos, em especial os direcionados para a formação de pesquisadores, pois a pesquisa científica ainda é uma lacuna no país. A pesquisa, em todas as áreas do conhecimento, constitui uma atividade primordial para o

desenvolvimento humano. Por isso, entendemos que a pesquisa deve ser estimulada desde o ensino escolar. Também consideramos que a formação continuada é cada vez mais importante em um mundo em constantes transformações.

Na tabela 3 estão alocadas as principais dificuldades relatadas pelos estudantes para permanecerem no ensino superior. A maior dificuldade, indicada em 33,1% das respostas, foi a falta de tempo para estudar; na sequência, com 16,8% das respostas, os estudantes afirmaram que possuem dificuldades para conciliar trabalho e estudo; coincidindo com isso, o cansaço e o sono foram relatados por 14,3%; já 9,3% alegaram ter dificuldades financeiras; também 9,3% responderam que uma das dificuldades encontradas foi o deslocamento até a universidade; para 7,6% as dificuldades consistiam no meio de locomoção.

Tabela 3 – Principais dificuldades indicadas pelos estudantes para a permanência

Respostas	%
Falta de tempo para estudar	33,1
Conciliar trabalho e estudo	16,8
Cansaço e sono	14,3
Morar longe	9,6
Dificuldades financeiras	9,3
Deslocamento	9,3
Transporte	7,6

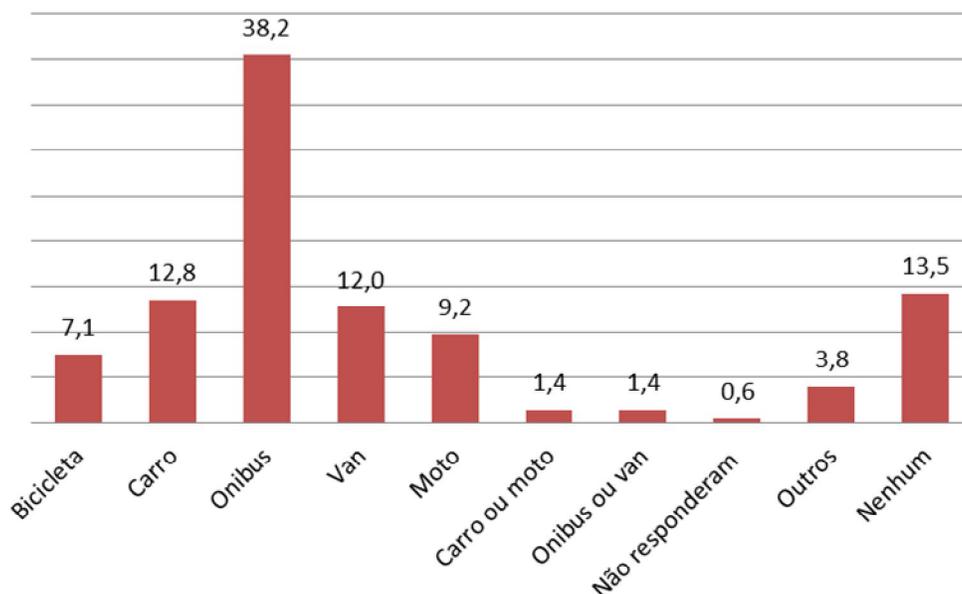
Fonte: Questionário aplicado aos estudantes da Unespar pelo pesquisador

Conforme análise elaborada por Mercuri (1992), ao se contextualizar os fatores que influenciam no estudo dos universitários, é preciso incluir as condições “temporais”. Isso diz respeito ao período de tempo que o aluno reserva para se dedicar ao estudo. De acordo com Mercuri (1992), não é somente o tempo que você tem para estudar que irá refletir em seu desempenho, mas sim a forma de administrar e organizar esse tempo.

No entanto, é preciso considerar, no caso dos trabalhadores-estudantes, que a falta de tempo, ou mesmo a dificuldade de organizar o tempo disponível para estudar, relaciona-se diretamente com a quantidade de horas diárias de trabalho. Essa temática também foi abordada por Bernardino e Loch (2016). Um estudante que trabalha como empregado, por oito horas do seu dia, e precisa se deslocar até a universidade, acaba certamente esbarando no problema do tempo para dedicar-se ao estudo. O cansaço (depois de um dia inteiro de trabalho), o sono (em virtude das poucas horas disponíveis para dormir) e o tempo (gasto no deslocamento até a universidade), podem estimular a evasão estudantil. Apesar de todas as adversidades, a perspectiva de conclusão do curso superior precisa ser evidenciada como estímulo para os estudantes continuarem na universidade.

Para entendermos melhor a mobilidade espacial do estudante da sua residência até o *campus* da Unespar, organizamos o gráfico 2, com os meios de transporte utilizados para a realização do trajeto. O ônibus é o meio de transporte utilizado por 38,3% dos estudantes. O carro, a van, a moto e a bicicleta são utilizados, respectivamente, por 12,8%, 12,05%, 9,2% e 7,1% dos estudantes. Alguns estudantes utilizam, alternadamente, carro ou moto 1,41% e ônibus ou van 1,4%. Usam outros tipos de transporte 3,8%.

Gráfico 2 – Meios de transporte empregados para chegar a Unespar em porcentagem

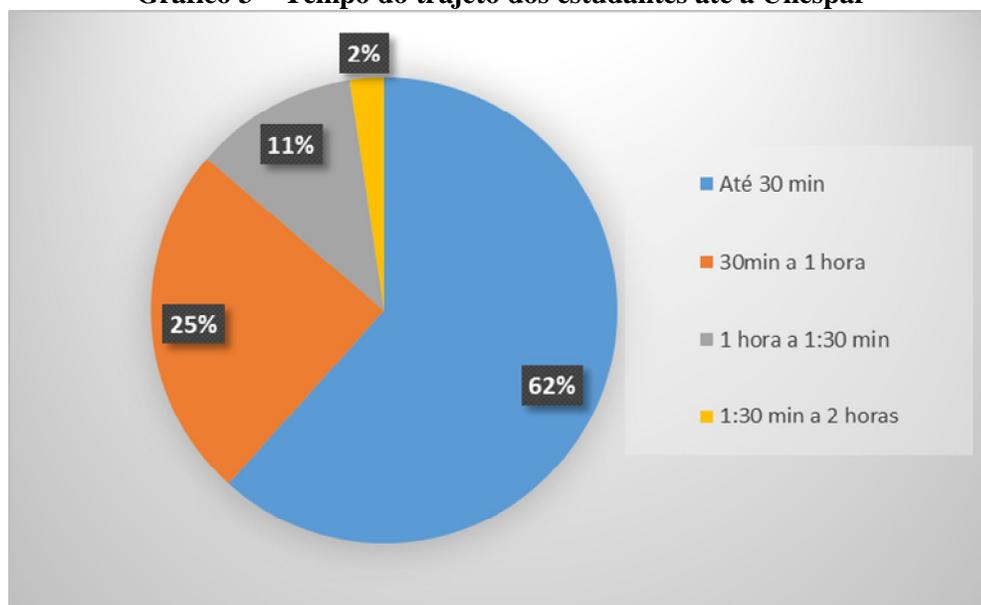


Fonte: Questionário aplicado aos estudantes da Unespar pelo pesquisador

As informações alocadas no gráfico 2, indicam que o transporte coletivo foi o mais utilizado pelos estudantes. Ônibus e van, somados, atingem 51,6% das respostas. A utilização do transporte coletivo é feita, principalmente, pelos estudantes oriundos de outros municípios. Os estudantes que moram em Campo Mourão, mas em bairros distantes da Unespar, também usam o transporte coletivo.

Como foi salientado na tabela 3, o tempo de deslocamento é uma das dificuldades. Neste sentido, o gráfico 3, apresenta o tempo despendido pelos estudantes para chegar até o *campus* da Unespar: 62% dos estudantes demoram até 30 minutos; 25% demoram entre 30 minutos e 60 minutos; 11% entre uma hora e uma hora e trinta minutos e 2% de uma hora e trinta minutos até duas hora.

Gráfico 3 – Tempo do trajeto dos estudantes até a Unespar



Fonte: Questionário aplicado aos estudantes da Unespar pelo pesquisador
Elaborado com: Microsoft Word 2013
Organizado por: AFFONSO, M.A.S

Outro ponto importante foi verificar o valor gasto com o transporte. No quesito especificado, 27% dos estudantes informaram não ter gastos; 16% gastam até 50,00 R\$; outros 16% gastam entre 51,00 R\$ e 100,00 R\$; 12% gastam entre 101,00 R\$ e 150,00 R\$; 13% gastam entre 151,00 R\$ e 200,00 R\$; 7% entre 201,00 R\$ e 250,00 R\$; 3% gastam entre 251,00 R\$ e

300,00 R\$; 2% gastam entre 301,00 R\$ e 350,00 R\$ e apenas 1% gastam entre 351,00 R\$ e 400,00 R\$.

Para os estudantes provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo, os valores gastos com transportes podem ser um obstáculo para a permanência no ensino superior. A problemática da renda per capita baixa é recorrente nos municípios pertencentes a Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, conforme demonstrou o estudo elaborado por Costa (2016). A referida mesorregião tem uma das menores rendas no Paraná. Nesse aspecto, as dificuldades financeiras precisam ser consideradas na elaboração de políticas de permeância estudantil.

Ainda no que tange a mobilidade espacial, os estudantes também alegaram problemas durante o trajeto, como a própria distância, as condições precárias das rodovias e os perigos de acidente.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o ensino superior é de competência da União. Desta maneira, não é obrigação do município oferecer ou subsidiar transporte público para os estudantes universitários. Contudo, uma parte dos municípios da região tem procurado contribuir com o transporte dos estudantes universitários, o que acaba gerando alguns questionamentos.

No ano de 2014, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE PR, entendeu que os municípios paranaenses poderiam subsidiar financeiramente o transporte escolar de universitários. Porém, não poderiam utilizar-se dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb e nem incluir o valor subsidiado na composição do índice mínimo de aplicação de 25% das receitas em educação. Outra exigência foi que os municípios deveriam atender ao Artigo 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), que determina que os municípios só possam contribuir para o custeio de despesa de competência de outro ente federativo se houver autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Por fim, podemos argumentar que nos últimos dez anos, em nível nacional, foram instituídas políticas públicas e sociais capazes de ampliar o acesso ao ensino superior. Um exemplo é o SISU, que oferece vagas da universidade pública para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

As políticas de cotas reservadas para os estudantes do ensino público, para negros e para indígenas, também contribuem para a ampliação do acesso ao ensino superior, tornando-o menos desigual. Na Unespar a política de cotas foi aprovada em 29 de maio de 2019, e entrará em vigor no próximo vestibular.

Contudo, é preciso considerar que a precariedade nas condições de permanência faz com que inúmeros jovens negros e de classe trabalhadora que acessam a universidade, não sejam incluídos em políticas de permanência. Oferecer condições para o acesso e a permanência no ensino superior é uma estratégia para a redução da enorme desigualdade socioeconômica existente no país. Segundo Silva e Fernandes (2017):

[...] a permanência universitária tem sido um desafio às universidades públicas, principalmente pelo processo de expansão e integração de indivíduos que foram historicamente excluídos da educação superior. Se preocupar com a permanência é se voltar para uma compreensão profunda de acesso, que se refere ao ingresso, permanência e qualidade de formação (SILVA; FERNANDES, 2017, p. 6094).

Os argumentos apresentados no transcórre do artigo indicam a existência de fatores que podem contribuir para a evasão dos estudantes, especialmente os oriundos das classes trabalhadoras que precisam trabalhar e estudar, além de se locomover cotidianamente de uma cidade para outra. A evasão é um problema sério e precisa ser combatida mediante política pública de permanência estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos grandes desafios para os gestores do ensino superior é garantir condições de acesso e permanência para os estudantes. Nesse quesito, são fundamentais as políticas sociais capazes de garantir às condições para os estudantes continuarem na universidade. Entre as políticas necessárias, podemos destacar: programas de permanência estudantil, com foco em bolsas de auxílios permanência e o incentivo para a participação em projetos de pesquisas (iniciação científica), em programas de extensão (com bolsas) e em programas de ensino (especialmente nos casos das licenciaturas).

Para além da assistência econômica, Silva e Fernandes (2017), abordaram a questão da dificuldade que alguns estudantes têm para acompanhar as exigências de um curso superior. As dificuldades com o conteúdo não estão relacionadas a ausência de um dom natural, ou aptidão, mas a fatores de ordem externa ligados a trajetória de vida. Por exemplo, ser oriundo de uma família com pais analfabetos ou com pouco estudo, faz com que os estudantes dependam apenas do ensino escolar durante a sua trajetória. Uma trajetória de vida familiar com pouco estímulo para os estudos, somada a qualidade limitada do ensino básico público, pode dificultar a adaptação no ensino superior, frente a quantidade de leitura e estudo necessários. As autoras reforçam a necessidade de um programa de acompanhamento pedagógico para a permanência. Caso contrário, a evasão vai continuar significativa, o que compromete o desenvolvimento do país.

Na Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Campo Mourão, os incentivos para a permanência dos estudantes são: programa de iniciação científica; setor de estágio para encaminhar os estudantes para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório (com possibilidade de estágio remunerado); programas e projetos de extensão financiados por agência de fomento, editais para bolsa de permanência estudantil (para estudantes com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo); programa de monitoria acadêmica; Centro de Educação em Direitos Humanos da Unespar – CEDH; Núcleo de Educação para Relações Étnico-Raciais – NERA; Núcleo de Educação para Relações de Gênero – NERG; Núcleo de Educação Especial Inclusiva – NESPI; atendimento psicológico; além de atividades culturais e esportivas.

Apesar do crescimento das ações direcionadas para incentivar a permanência dos estudantes na Unespar, existem problemas significativos que contribuem para a evasão. O programa de bolsa permanência tem vagas destinadas somente para 3 estudantes do *campus* de Campo Mourão. A universidade também não consegue criar uma política que garanta moradia aos estudantes que precisam. Outro problema é a ausência de um restaurante universitário. Programas como esses fazem muita falta para os estudantes, especialmente para aqueles que comprometem parte significativa de sua renda em gastos com transporte e alimentação.

Nesse sentido, reforçamos a necessidade de ampliação das políticas sociais, nas quais o Estado incentive e auxilie os estudantes a permanecerem no ensino superior. Isso é fundamental

para reduzir a evasão, melhorar ainda mais o desempenho acadêmico e reduzir as desigualdades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

- ANTICO, C. Deslocamentos Pendulares nos Espaços Sub-regionais da Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2004, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 10 de ago. 2017.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologias, Contextos. In CASTRO, I. E. de; COSTA GOMES, P. C. da; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações Geográficas: Percursos no fim de século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BERNARDINO, V. M .P.; LOCH, S. A. Mobilidade, Trabalho e Universidade: Feições da Realidade Recente dos Estudantes de Geografia da Unespar, *campus* de Campo Mourão, Pr. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 34, n. 3, p. 1-15, 2016.
- COSTA, F. R. **Condições periféricas: desenvolvimento geográfico desigual no Paraná**. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2016.
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Estampa, 1977.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas em Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.
- GÓIS, G. M. Fecilcam: 40 anos de um sonho em construção. In: MEZZOMO, F. A.; PÁTARO, C. S. O. (Orgs.). **Fecilcam: 40 anos, passado. Presente**. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2012.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- MERCURI, E. N. G. S. **Condições Espaciais, Materiais, Temporais e Pessoais para o Estudo**, segundo depoimentos de alunos e professores de cursos de graduação da Unicamp. 1992. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

PARANÁ. **LEI 17.590** de 12 de junho de 2013. Publicado no Diário Oficial Executivo. Edição Digital nº 8976. 76 p. Curitiba, Quarta-feira, 12 de Junho de 2013. Disponível em: <<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 de ago. 2017.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **LEI 13.283** de 25 de outubro de 2001. Publicado no Diário Oficial no. 6100 de 26 de Outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=3611&codItemAto=24016>>. Acesso em: 10 de ago. 2017.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Acórdão nº 3472/14 - Tribunal Pleno. Relator: AMARAL, Durval. Publicado no Diário Eletrônico 901/2014 de 13/06/2014. Disponível em <<http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2014/6/pdf/00259974.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. 2017.

ROCHA, M. M. **A Espacialidade das Mobilidades Humanas**: um olhar para o Norte Central Paranaense. 1998. 186 f. Tese (Doutorado de Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas USP, Departamento de Geografia, São Paulo, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis /RJ: Vozes, 2008.

SILVA, H. C. X.; FERDANDES, M. C. S. G. Permanência universitária: para além da assistência econômica. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017. Curitiba, Paraná.

Anais... Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24627_11978.pdf>. Acesso em: 07 de jun. 2019.

Enviado 19/12/2018

Aceito 08/06/2019